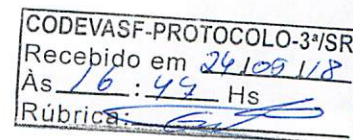




ANTUNES & ANTUNES

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,
CEP 56.330-340, Petrolina – PE



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CODEVASF.

Processo licitatório – edital nº. 35/2017



Referente ao processo nº. 59530.000967/18-83

GYUSEPPE BENELLY APOLINARIO MODESTO, brasileiro, casado, engenheiro Agrônomo, devidamente inscrito no CPF sob o nº. 030.435.074-52 e RG nº. 5.805.697 SSP-PE, residente e domiciliado na Rua do Magnésio, 44, Don Avelar, Petrolina, estado de Pernambuco, CEP: 56.322-250, vem, respeitosamente, por seu procurador, procuração em anexo, a presença de V. Sa. dentro do prazo legal e consubstanciado nos termos do edital da concorrência nº. 35/2017 e do § 3º do artigo 109 da Lei 8.666/93, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO RESULTADO DO RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto, pelos fatos e fundamentos que seguem:

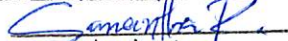
SÍNTESE FÁTICA:

O Recorrente, tempestivamente, entregou os documentos de habilitação, contudo o mesmo não foi declarado como habilitado no processo licitatório – Edital nº 35/2017, sob o argumento de que, não comprovou experiência exigida.

Porém, o presente recorrente atendendo integralmente as exigências editalícia, anexou a sua documentação de habilitação, declaração do sindicato rural bem

Recebido pela 3ª GB

Em: 25/09/18 Às 18 Hs 12


Assinatura





ANTUNES & ANTUNES

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

como sua CTPS (carteira de trabalho), todos na área de agricultura irrigada, cumprindo, assim, com sua obrigação quanto a concorrência.

Ocorre que, de maneira desarrazoada, para total surpresa do Recorrente, a comissão julgadora, mesmo diante da documentação comprobatória de experiência nos mesmos termos do edital, optou por manter este inabilitado para o processo de concorrência 35/2017.

Nestes termos, não resta outra forma senão socorrer-se a Vossa Autoridade para reanálise do presente processo bem como a sua modificação, tornando o Recorrente, ora peticionante, Habilitado no processo 35/2017 e, ato contínuo, tenha sua proposta financeira analisada.

DO DIREITO

Vale salientar que, a Recorrente não deixou de apresentar documentação, ou não a detinha, pelo contrário, o que ocorre é uma distorção do quanto expresso no edital.

Em justificativa, em resposta ao recurso, a comissão julgadora alega que (...)“ não anexou documentos para a comprovação de experiência na área irrigada, na sua documentação apenas foi apresentada experiência na área de sequeiro”(…).

O edital do certame é claro ao determinar a comprovação de experiência na área rural/agrícola, seja realizada por meio de declaração de empresa pública ou privada ou de sindicato Rural, bem como por registro na CTPS, senão vejamos o item 6.2, sub 6.2.1., letra “h”:

h) COMPROVANTE DA EXPERIÊNCIA em agricultura irrigada, sequeiro e gerenciamento rural, informada na ficha de inscrição, através de cópia da Carteira de Trabalho e/ou Declaração de



ANTUNES & ANTUNES

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

Empresa de Assistência Técnica pública ou privada, Empresa Agrícola pública ou privada e/ou Sindicato de Trabalhadores ou Produtores Rurais, assumindo toda responsabilidade perante a lei, de que as informações são verdadeiras, considerando as pontuações detalhadas no Anexo IV deste Edital. (grifo nosso)

Indo ao encontro de todo o relatado, o edital é claro ao exigir apenas declarações de empresas, fazendo a exigência de que tais declarações constassem a responsabilidade perante a lei, bem como cópia da CTPS, não exigindo, neste caso, qualquer declaração complementar, ou especificação das atividades exercidas.

Ora nobre autoridade julgadora, estar-se diante de uma interpretação restritiva do edital nº. 35/2017, o que é expressamente rechaçado pelo ordenamento jurídico e pela jurisprudência patria.

Corroborando com o relatado acima, tem-se o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça-STJ, vejamos:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. HABITAÇÃO. VINCULAÇÃO AO EDITAL. MANDADO DE SEGURANÇA.

1. A INTERPRETAÇÃO DAS REGRAS DO EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NÃO DEVE SER RESTRITIVA.

Desde que não possibilitem qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, é de todo conveniente que compareça à disputa o maior número possível de interessados, para que a proposta mais vantajosa seja encontrada em um universo mais amplo.

2. O ordenamento jurídico regulador da licitação não prestigia decisão assumida pela Comissão de Licitação que inabilita concorrente com base em circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, fazendo exigência



ANTUNES & ANTUNES

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

sem conteúdo de repercussão para a configuração de habilitação jurídica, da qualificação técnica, da capacidade econômico-financeira e da regularidade fiscal.

3. Se o edital exige que a prova da habilitação jurídica da empresa deve ser feita, apenas, com a apresentação do "ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrada ou arquivadas na repartição competente, constando dentre seus objetivos a exclusão de serviços de Radiodifusão...", excessiva e sem fundamento legal a inabilidade de concorrente sob a simples afirmação de que cláusulas do contrato social não se harmonizam com o valor total do capital social e com o correspondente balanço de abertura, por tal entendimento ser vago e impreciso.

4. Configura-se excesso de exigência, especialmente por a tanto não pedir o edital, inabilitar concorrente porque os administradores da licitante não assinaram em conjunto com a dos contadores o balanço da empresa.

5. Segurança concedida."

(MS 5.779/DF, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 9/9/1998, DJ 26/10/1998, p. 5.)

A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta.

Neste momento, surgiu as indagações a serem respondidas pela comissão julgadora, em qual documento encontra-se comprovado experiência agrícola na área de sequeiro? Qual seria o documento apto/exigido pelo edital para comprovar a experiência em área irrigada? O que se percebe é um nítido julgamento que interpreta de forma distorcida a documentação apresentada, bem como extrapola o quanto determinado no edital.



ANTUNES & ANTUNES

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

No caso em tela o Recorrente não é o único prejudicado, pois perde a administração Pública igualmente, haja vista a possibilidade de alcançar propostas financeiras em quantias mais vultuosas.

Neste momento não há que se falar em interpretação restritiva, mas sim em um total desrespeito/descumprimento ao certame, uma modificação as regras editalícias sem comunicação prévia nem, tampouco, justificação aos concorrentes, ferindo assim direito líquido e certo destes.

Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, *verbis*:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência,



ANTUNES & ANTUNES

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

No mesmo sentido é a lição de José dos Santos Carvalho Filho:

“A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial”.
(CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 246.)

Da mesma forma é o entendimento dos nossos tribunais:

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - MANDADO DE SEGURANÇA
- LIMINAR - DEFERIMENTO DE MEDIDA DE URGÊNCIA -
DESCUMPRIMENTO DE REGRA PREVISTA EM EDITAL -
INEXISTÊNCIA DE FUMUS BONI IURIS - AGRAVO DE
INSTRUMENTO - EFEITO SUSPENSIVO - PROVIMENTO. I - O
princípio da vinculação ao instrumento convocatório se traduz na
regra de que o edital faz lei entre as partes, devendo seus termos
serem observados até o final do certame, vez que vinculam as
partes; II - agravo de instrumento provido.

(TJ-MA - AI: 283162005 MA, Relator: CLEONES CARVALHO
CUNHA, Data de Julgamento: 19/04/2006, SAO LUIS)

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL.
REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINAR
DE ILEGITIMIDADE RECURSAL, SUSCITADA PELO APELADO.
REJEIÇÃO. MÉRITO. MANDADO DE SEGURANÇA. SENTENÇA



ANTUNES & ANTUNES

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

CONCESSIVA DA ORDEM. CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. DESCUMPRIMENTO DE REGRA PREVISTA NO EDITAL DO CERTAME. VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO. DEMONSTRAÇÃO.

(TJ-RN - MS: 55243 RN 2008.005524-3, Relator: Juiz Nilson Cavalcanti (Convocado), Data de Julgamento: 06/11/2008, 2ª Câmara Cível)

Nestes termos, vê-se que a comissão julgadora fere princípios jurídicos bem como vai de encontro ao entendimento jurisprudencial, mantendo a inabilitação do Recorrente, conseqüentemente, causando prejuízo ao erário, devendo ser reconsiderada, para que declare o Recorrente como habilitado a participar do certame.

DA REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A possibilidade da comissão ou autoridade competente promover diligência, para esclarecer ou complementar a instrução do processo, encontra-se disciplinada no artigo 43, §3º da Lei Federal nº 8.666 de 1.993.

A promoção de diligência é realizada sempre que a comissão julgadora, ou autoridade competente em presidir o certame, se esbarra com alguma dúvida, sendo mecanismo necessário para afastar imprecisões e confirmação de dados contidos nas documentações apresentadas pelos participantes do processo licitatório. Artigo 43, § 3º da Lei Federal nº 8.666 de 1.993 preconiza que:

“§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão



ANTUNES & ANTUNES

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.” (Destacamos)

Nas palavras de Ivo Ferreira de Oliveira, que elucida com a clareza que lhe é peculiar, a diligência visa:

“(…) oferecer meios para que a Comissão de Licitação ou a Autoridade Superior possa promover inquirições, vistorias, exames pertinentes a questões que eventualmente surjam e até autorizar a juntada de documentos, permitindo à Comissão ou à Autoridade julgar corretamente o certame, graças aos esclarecimentos que a diligência lhe propiciou, mas sem perder de vista os princípios constitucionais e legais que norteiam o processo licitatório.” (Ivo Ferreira de Oliveira, *Diligências nas Licitações Públicas*, Curitiba, JM Editora, 2001, p. 24.)

Ponto polêmico na redação do dispositivo em xeque diz respeito a “faculdade” da Administração realizar diligência. **NÃO HÁ DISCRICIONARIEDADE DA ADMINISTRAÇÃO OPTAR OU NÃO NA REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA, SEMPRE QUE HOUVER DÚVIDAS SOBRE ALGUMA INFORMAÇÃO A DILIGÊNCIA TORNA-SE OBRIGATÓRIA.** Com brilhantismo e clareza Marçal Justen Filho leciona:

“A realização da diligência não é uma simples “faculdade” da Administração, a ser exercitada segundo juízo de conveniência e oportunidade. A relevância dos interesses envolvidos conduz à configuração da diligência como um poder-dever da autoridade julgadora. Se houver dúvida ou controvérsia sobre fatos relevantes para a decisão, reputando-se insuficiente a documentação apresentada, é dever da autoridade julgadora adotar as providências apropriadas para esclarecer os fatos. Se a dúvida for sanável por meio de diligência será obrigatória a sua realização.” (Marçal Justen Filho, *Comentários à Lei de Licitação e*



ANTUNES & ANTUNES

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

Contratos Administrativos, 16ª ed, Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, pág. 804.)

Destarte, a diligência não está condicionada a autorização prévia no instrumento convocatório ou ao pleito do particular, em verdade deve ser realizada de ofício visando salvaguardar a Supremacia do Interesse Público.

Em diversas oportunidades, o TCU chega a indicar a obrigatoriedade da realização de diligências antes do estabelecimento do juízo pela desclassificação ou inabilitação do licitante:

“É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame. (Acórdão 1795/2015 – Plenário)

É irregular a desclassificação de empresa licitante por omissão de informação de pouca relevância sem que tenha sido feita a diligência facultada pelo § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993. (Acórdão 3615/2013 – Plenário)

Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 3418/2014 – Plenário)

Desta forma, por todo o ensinamento demonstrado acima, a comissão, caso exista incerteza, dúvida, ou necessidade de esclarecimento, deveria realizar



ANTUNES & ANTUNES

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

diligências, acionando o sindicato rural que concedeu a declaração, ou junto a empresa empregadora, conforme registro na CTPS apresentada e não inabilitar o Recorrente de forma precipitada sem esgotar todas as maneiras de sanar o suposto vício.

Respeitável autoridade, neste momento é importante ressaltar que O RECORRENTE NÃO FOI INABILITADO POR NÃO APRESENTAR QUALQUER DOCUMENTAÇÃO QUE SEJA, OU POR ESTA SE ENCONTRAR INCOMPLETA, O QUE HÁ NO PRESENTE CASO É UMA INTERPRETAÇÃO ABUSIVA, RESTRITIVA E DESARRAZOADA DA COMISSÃO AO ANALISAR TODA A DOCUMENTAÇÃO INTEGRALMENTE APRESENTADA POR AQUELE.

Nesta vereda, como forma de demonstrar todo o alegado, anexa a este recurso, além de toda a documentação já apresentada a comissão, o cartão de CNPJ da Empresa empregadora do Recorrente, TECNOPLAN ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 12.657.573/0001-71, para demonstrar que a atividade principal desta é o cultivo de manga e uva no município de Petrolina-PE. Ora, é do conhecimento de todos que tais culturas, no vale do São Francisco, são irrigadas, o que pressupõe a experiência necessária exigida no edital.

Mesmo que a comissão não considerasse a referida presunção, poderia facilmente confirmar a atividade desenvolvida pelo Recorrente por consulta junto a referida empresa, para que esta prestasse os esclarecimentos necessários, entretanto, de forma equivocada, desconsiderando a presunção de veracidade constituída e sem realizar diligências, julgou inabilitado o Recorrente.

Assim sendo, resta justificado o merecimento de modificação da decisão da comissão julgadora, para que seja declarada a habilitação do ora peticionante.

DA CLÁUSULA AMBÍGUA



ANTUNES & ANTUNES

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

De forma subsidiária, apenas por amor ao debate, caso seja considerado o item 6.2, sub 6.2.1., letra “h” do edital 35/2017 como ambíguo ou com duplo sentido, o que não se acredita, a interpretação a ser utilizada seria para beneficiar o concorrente, ora peticionante, culminando na sua habilitação.

Senão, vejamos o posicionamento da nossa jurisprudência:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO SELETIVO PARA RESIDÊNCIA MÉDICA. ATRASO NA ENTREGA DE CURRÍCULUM LATTES. FASE CLASSIFICATÓRIA. ELIMINAÇÃO DO CERTAME. **AMBIGUIDADE DO EDITAL CONFIGURADA. INTERPRETAÇÃO MAIS FAVORÁVEL AO CANDIDATO.** RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (Classe: Apelação, Número do Processo: 0330899-36.2013.8.05.0001, Relator (a): Livaldo Reaiche Raimundo Britto, Primeira Câmara Cível, Publicado em: 14/06/2016)

(TJ-BA - APL: 03308993620138050001, Relator: Livaldo Reaiche Raimundo Britto, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: 14/06/2016)

ADMINISTRATIVO. PROCESSO SELETIVO PARA FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR. RECURSO ADMINISTRATIVO INADMITIDO EM RAZÃO DE AUSÊNCIA DE FOTOCÓPIA DA BIBLIOGRAFIA. AMBIGUIDADE DO EDITAL. INTERPRETAÇÃO FAVORÁVEL AO CANDIDATO. CONHECIMENTO DO RECURSO. POSSIBILIDADE. - Se redação do edital é ambígua e não permite concluir se os documentos a serem juntados para admissão do recurso referem-se ao inteiro teor dos textos pesquisados ou somente a indicação das fontes, deve ser conhecido o recurso, em razão de ser a interpretação mais favorável ao candidato. - Não é razoável seja adotada a interpretação mais gravosa e que impede conhecimento



ANTUNES & ANTUNES

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

do recurso, sob pena de se valorizar demasiadamente o formalismo em detrimento do direito material.

(TJ-MG - AI: 10024130414683001 MG, Relator: Alberto Vilas Boas, Data de Julgamento: 09/07/2013, Câmaras Cíveis / 1ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/07/2013)

Nesta vereda, mesmo no caso de alegação de cláusula ambígua, o que não é, a interpretação a ser aplicada seria a que beneficiasse os concorrentes, justificando, mais uma vez, a declaração de habilitação do ora Recorrente, Sr. GYUSEPPE BENELLY APOLINARIO MODESTO.

DO NÃO PREJUÍZO A TERCEIROS E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Vale a pena ressaltar que a declaração de habilitação ora Requerida e que faz jus o Recorrente, não causa prejuízo há terceiro concorrente, haja vista que, na condição de habilitada, a modificação inicial será a abertura do envelope e o conhecimento da respectiva proposta financeira, não representando, inicialmente, modificação no resultado do certame.

Ora nobre autoridade, que prejuízo há para a sociedade? Quem é o terceiro lesado? Tais indagações não são respondidas, mas diametralmente oposta, se perguntar quem é o prejudicado pela inabilitação do Recorrente, imediatamente surge a resposta “a administração pública”.

Neste diapasão, por não haver prejuízo a terceiro, bem como qualquer inobservância aos mandamentos do edital, deve ser modificada a decisão da comissão julgadora, declarando habilitado o senhor GYUSEPPE BENELLY APOLINARIO MODESTO.

DOS REQUERIMENTOS



ANTUNES & ANTUNES

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

Por todo o exposto, Requer deste Ilustríssimo Senhor Presidente da CODEVASF que se digne a rever a decisão da comissão julgadora, para posterior modificação, declarando habilitado o ora Recorrente, Sr. GYUSEPPE BENELLY APOLINARIO MODESTO.

EMANOEL SILVA ANTUNES

OAB-PE 35.126

ALDA MENDES DE OLIVEIRA ANTUNES

OAB/PE nº 38.599

JOSAFÁ SOUZA DIAS NETO

OAB-PE 35.130

SAMILLA DUARTE DE SENA

OAB-PE 35.133



ANTUNES & ANTUNES

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Maria Auxiliadora,
CEP 56.330-340, Petrolina - PE

PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE: GYUSEPPE BENELLY APOLINARIO MODESTO, brasileiro, casado, engenheiro Agrônomo, devidamente inscrito no CPF sob o nº. 030.435.074-52 e RG nº. 5.805.697 SSP-PE, residente e domiciliado na Rua do Magnésio, 44, Don Avelar, Petrolina-PE, CEP: 56.322-250, nomeia e constitui como seus bastantes procuradores e advogados os Bacharéis.

OUTORGADOS: SAMILLA DUARTE DE SENA, brasileira, casada, advogada, inscrito na OAB-PE nº 35.133, **JOSAFÁ SOUZA DIAS NETO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB-PE sob o nº. 35.130, **EMANOEL SILVA ANTUNES**, brasileiro, casado, inscrito na OAB-PE nº 35.126 e **ALDA MENDES DE OLIVEIRA ANTUNES**, brasileira, casada, advogada, todos com escritório profissional na Rua Floriano Peixoto, nº 134, Maria Auxiliadora, Petrolina-PE, onde recebe intimações, notificações e avisos de praxe, para o foro em geral em nome do outorgante representar perante qualquer Juízo, Instâncias ou Tribunais, Ministério Público Federal ou Estadual, promovendo quaisquer medidas judiciais necessárias à garantia dos direitos e interesses do outorgante, podendo propor ações dos seus interesses e defendê-los nas contrárias, seguindo umas a outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, para o que lhe confere os poderes da **cláusula ad judicium**, bem como representar e defender perante auto de infração perante o, com os poderes especiais para transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromissos, receber alvarás, enfim, praticar todos os demais atos necessários ao bom, fiel e cabal cumprimento deste mandato, podendo, inclusive, substabelecer os poderes ora conferidos em quem convier, com ou sem reservas de iguais poderes, o que dará por firme e valioso, como se presente estivesse.

Petrolina-PE, em 19 de setembro de 2018.


GYUSEPPE BENELLY APOLINARIO MODESTO

GYUSEPPE BENELLY APOLINARIO MODESTO, doc. Nº 569/2018, Inscrição nº 3120 e Classificação nº 212 inabilitado, devido à falta de comprovação em experiência irrigada, alega que entregou os documentos de habilitação, entretanto não foi declarado habilitado.

Análise: A análise de seu recurso aponta que o proponente não anexou documentos para a comprovação de experiência na área irrigada, na sua documentação apenas foi apresentada experiência na área de sequeiro, não sanou as falhas detectadas o que não retifica o parecer anterior, resultando no indeferimento.

NOME	DATA RECURSO	PROTOCOLO:	
GYUSEPPE BENELLY APOLINARIO MODESTO,	01/08/2018	Doc. 569/2018	INDEFERIR

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.657.573/0001-71 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 27/10/1989
NOME EMPRESARIAL TECNOPLAN ENGENHARIA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TECNOPLAN			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 01.33-4-10 - Cultivo de manga			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 01.32-6-00 - Cultivo de uva 01.19-9-99 - Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO EST PETROLINA PEDRINHAS	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP 56.332-175	BAIRRO/DISTRITO FAZENDA BARRETO	MUNICÍPIO PETROLINA	UF PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 21/09/2018 às 14:25:44 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

**VALIDA EM TODOS
O TERRITÓRIOS NACIONAIS**
1301025761

NOME
GIUSEPPE BENELLI APOLINARIO MODESTO

DATA DE NASCIMENTO
12/06/1979

CPF
030.415.074-52

ENDEREÇO
JOAQUIM MODESTO COELHO

MARIA DO SOCORRO
APOLINARIO MODESTO

PROFISSÃO

DATA DE EMISSÃO
31/05/2006

Nº REGISTRO
07000757718

VALIDADE
31/05/2021

IMPLANTAÇÃO
31/05/2006

Folha nº 007277

59530.000967/18.83

Li
partido

PROVIDO PLASIFICAD
1301025761

CLASSIFICAÇÃO
A

ASSINATURA DO TITULAR
Giuseppe Benelli Apolinario Modesto

LOCAL
PETROLINA - PE

DATA EMISSÃO
02/05/2016

ASSINATURA DO EMISSOR
[Assinatura]

89134116090
98074234676

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PRIMEIRA SECRETARIA NOTARIAL DE PETROLINA

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé. Atendente: Alet Henrique Petrolina, Conceição Nogueira

14/06/2019 08:51:25 Emol. R\$ 2,50, TSNR R\$ 0,68, FERC R\$ 0,34 Total R\$ 4,09 Selo Digital 1.º

0199566.15006201601.03695.

SNP

[Assinatura]

10/6

[Assinatura]

BRASIL
([HTTP://BRASIL.GOV.BR](http://BRASIL.GOV.BR))

Serviços Barra GovBr

Folha nº 007278

59530.00096718.83



[Assinatura]
PARTICULAR

Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 030.435.074-52

Nome: GYUSEPPE BENELLY APOLINARIO MODESTO

Data de Nascimento: 13/06/1979

Situação Cadastral: REGULAR

Data da Inscrição: 08/02/1997

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: 16:04:40 do dia 13/06/2018 (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: D5C4.990E.3AA5.94B0





Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF" (/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ImpressaoComprovante/ConsultaImpressao.asp).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

Folha nº 007279

59530.000967/18.83

PAULO LOLO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: GYUSEPPE BENELLY APOLINARIO MODESTO
CPF: 030.435.074-52

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidas; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:19:01 do dia 20/06/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 17/12/2018.

Código de controle da certidão: B423.F3C3.0B93.4F43

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Folha nº 007281

59530.00096718.83



Pernambuco

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL

Número da Certidão: 2018.000007861598-88

Data de Emissão: 20/05/2018

DADOS DO REQUERENTE

CPF: 030.435.074-52



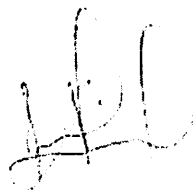

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste órgão, que o requerente acima identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida até **17/09/2018** devendo ser confirmada sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" na página www.sefaz.pe.gov.br.

Folha nº 007282

59530.000967718.83


FERNANDO C
 6



PREFEITURA MUNICIPAL PETROLINA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CERTIDÃO DE DÉBITOS FISCAIS



PETROLINA

Nº 0000002796

DADOS DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL

Código / Nome

188160 - GYUSEPPE BENELLY APOLINARIO MODESTO

Endereço

UF: SEU

SANTA LUZIA PETROLINA- CEP: 56300000

No. Registro

0000002796/2018

Documento

C.P.F. 030.435.074-52

Natureza jurídica

Pessoa Física

CERTIDÃO

CERTIFIQUEI, para os devidos fins, que a conformidade com as informações prestadas pelos órgãos competentes desta Prefeitura, de nome (sua) representante, **NÃO CONSTAM DÉBITOS**, referentes a Tributos Municipais, do Contribuinte acima citado, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data. Ressaltando o direito de a SECRETARIA DA RECEITA cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima a serem apuradas.

PETROLINA-PE, 15 DE JUNHO DE 2018

Esta certidão é válida por 060 dias contados da data de emissão

VALIDA ATÉ: 13/08/2018

COD. VALIDAÇÃO 0000002796



Folha nº 007283

59530.00096778.83

EXATIDÃO

RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL - OPÇÃO PELO DESCONTO SIMPLIFICADO
DECLARAÇÃO RETIFICADORA Nº 1

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

CPF do declarante 030.435.074-52	Nome do declarante GYUSEPPE BENNELLY APOLINARIO MODESTO	Telefone
Endereço RUA DO MAGNESIO	Número 44	Complemento
Bairro/Distrito DOM AVELAR	CEP 56322-250	Município PETROLINA
		UF PE

(Valores em Reais)

TOTAL RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS

38.716,67

IMPOSTO DEVIDO

609,42

IMPOSTO A RESTITUIR

0,00

SALDO DO IMPOSTO A PAGAR

350,65

IMPOSTO A PAGAR

GANHO DE CAPITAL - MOEDA EM ESPÉCIE

0,00

PARCELAMENTO (Vencimento da 1ª quota em 30/04/2018)

NÚMERO DE QUOTAS

1

VALOR DA QUOTA

350,65

Folha nº 007284

59530.000967718.83

PROTOCOLO

Declaração recebida via Internet JV
pelo Agente Receptor SERPRO
em 14/06/2018 às 07:59:51
0377104080

Sr(a) GYUSEPPE BENNELLY APOLINARIO MODESTO, inscrito no CPF sob o nº 030.435.074-52.
O NÚMERO DO RECIBO de sua declaração apresentada em 14/06/2018, às 07:59:51, é:

01.31.46.44.99 - 86

Este número é de uso pessoal e NÃO deve ser fornecido a terceiros. Ele é obrigatório para:

- retificar esta declaração;
- gerar um código de acesso para obter informações e realizar serviços disponíveis na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, tais como:
 - Declaração IRPF - Extrato:
 - informação da situação do processamento;
 - apresentação de eventuais pendências e orientações sobre como resolvê-las;
 - alteração ou cancelamento de débito automático das quotas;
 - exibição de quotas do imposto em atraso e emissões dos Documentos de Arrecadação do Receitas Federais (Darf) atualizados
 - Situação Fiscal:
 - Informação de eventuais pendências, inclusive as relativas à Dívida Ativa da União, e orientação sobre como regularizá-las.

Atenção: Guarde este número para informá-lo na declaração do exercício de 2019, no campo "número do recibo da declaração do ano anterior".

Informações sobre a Impressão do Darf

O programa da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física permite a impressão do Darf para pagamento de todas as quotas, inclusive as em atraso. O Darf será impresso acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir de 01/05/2018 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês do pagamento.

Se o pagamento da quota for efetuado após o seu vencimento, incidirá multa de mora de 0,33% ao dia, observado o limite máximo de 20%.

Para Impressão do Darf o contribuinte deve utilizar a opção Declaração / Imprimir / Darf do IRPF e selecionar a quota para impressão.

No caso de quotas decorrentes de declarações retificadoras que ocorra mudança do imposto a pagar, para impressão de Darf acesse o Portal e-CAC na página do site da RFB na internet, no endereço <rfb.gov.br>. Em seguida, clique em "Declarações e Demonstrativos", selecione a opção "Extrato do Processamento da DIRPF". Na lista das declarações encontradas clique no ícone "Débitos" para consultar o "Demonstrativo de Débitos da Declaração". Após visualizar o quantitativo de quotas e a situação de cada uma delas, clique no ícone "Impressão" para emitir o Darf do mês desejado.

Folha nº 007285

59530.000967,19,83

Handwritten signature
MONTANOLO

NOME: GYUSEPPE BENNELLY APOLINARIO MODESTO

CPF: 030.435.074-52

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2018 ANO-CALENDÁRIO 2017

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Nome: GYUSEPPE BENNELLY APOLINARIO MODESTO CPF: 030.435.074-52
Data de Nascimento: 13/06/1979 Título Eleitoral:
Possui cônjuge ou companheiro(a)? Sim CPF do cônjuge ou companheiro(a):
Houve mudança de endereço? Sim
Um dos declarantes é pessoa com doença grave ou portadora de deficiência física ou mental? Não.
Endereço: Rua DO MAGNÉSIO Número: 44
Complemento: Bairro/Distrito: DOM AVELAR
Município: Petrolina UF: PE
DDD/Telefone:
CEP: 56322-250 DDD/Celular: (87) 98809-4427
E-mail:
Natureza da Ocupação: 01 - Empregado de empresa do setor privado, exceto de instituições financeiras
Ocupação Principal: 620 Trabalhador na exploração agropecuária.
Tipo da declaração: Declaração Reafirmadora
Nº do recibo da declaração anterior do exercício de 2018: 042394818727

DEPENDENTES

Sem Informações

ALIMENTANDOS

Sem Informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR

(Valores em Reais)

NOME DA FONTE PAGADORA	REND. RECEBIDOS DE PES. JURÍDICA	CONTR. PREVID. OFICIAL	IMPOSTO RETIDO NA FONTE	13º SALÁRIO	IRRF SOBRE 13º SALÁRIO
TECNOPLAN ENGENHARIA LTDA CPF: 12.657.573/0001-71	33.916,67	3.125,83	258,77	2.486,05	16,45
TOTAL	33.916,67	3.125,83	258,77	2.486,05	16,45

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES

Sem Informações

Folha nº 007286

595301000867, 8.83

RECEBIDO

NOME: GYUSEPPE BENNELLY APOLINARIO MODESTO

CPF: 030.435.074-52

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2018

ANO-CALENDÁRIO 2017

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELO TITULAR

(Valores em Reais)

NIT/PIS/PASEP:

RENDIMENTOS

	TRABALHO NÃO ASSALARIADO	ALUGUÉIS	OUTROS	EXTERIOR
Jan	0,00	400,00	0,00	0,00
Fev	0,00	400,00	0,00	0,00
Mar	0,00	400,00	0,00	0,00
Abr	0,00	400,00	0,00	0,00
Mai	0,00	400,00	0,00	0,00
Jun	0,00	400,00	0,00	0,00
Jul	0,00	400,00	0,00	0,00
Ago	0,00	400,00	0,00	0,00
Set	0,00	400,00	0,00	0,00
Out	0,00	400,00	0,00	0,00
Nov	0,00	400,00	0,00	0,00
Dez	0,00	400,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	4.800,00	0,00	0,00

Folha nº 007287

59539.000967,18.83

122 PROTOCOLO

DEDUÇÕES

CARNE-LEÃO

	PREVIDÊNCIA OFICIAL	DEPENDENTES	PENSÃO ALIMENTÍCIA	LIVRO CAIXA	DARF PAGO COD. 0190
Jan	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fev	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jul	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ago	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Set	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Out	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nov	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dez	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELOS DEPENDENTES

Sem informações

NOME: GYUSEPPE BENNELLY APOLINARIO MODESTO

CPF: 030.435.074-52

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2018 ANO-CALENDÁRIO 2017

RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS

(Valores em Reais)

12. Rendimentos de cadernetas de poupança, letras hipotecárias, letras de crédito do agronegócio e imobiliário (LCA e LCI) e certificados de recebíveis do agronegócio e imobiliários (CRA e CRI) 6.205,74

Beneficiário	CPF	CNPJ da Fonte Pagadora	Nome da Fonte Pagadora	Valor
Titular	030.435.074-52	60.701.190/0001-04	ITAU UNIBANCO S/A	6.205,74

TOTAL 6.205,74

RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA / DEFINITIVA

(Valores em Reais)

01. 13º salário 2.486,05

06. Rendimentos de aplicações financeiras 38,15

Beneficiário	CPF	CNPJ da Fonte Pagadora	Nome da Fonte Pagadora	Valor
Titular	030.435.074-52	00.000.000/1235-10	BANCO DO BRASIL S/A	38,15

TOTAL 2.524,20

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPensa)

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPensa)

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELO TITULAR

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELOS DEPENDENTES

Sem informações

IMPOSTO PAGO / RETIDO

(Valores em Reais)

01. Imposto complementar 0,00

02. Imposto pago no exterior pelo titular e pelos dependentes 0,00

Imposto devido com os rendimentos no exterior 0,00

Imposto devido sem os rendimentos no exterior 0,00

Diferença a ser considerada para cálculo do imposto (limite legal) 0,00

03. Imposto sobre a renda na fonte (Lei 11.033/2004) 0,00

04. Imposto retido na fonte do titular 258,77

05. Imposto retido na fonte dos dependentes 0,00

06. Carnê-Leão do titular 0,00

07. Carnê-Leão dos dependentes 0,00

PAGAMENTOS EFETUADOS

Sem informações

DOAÇÕES EFETUADAS

Sem informações

NOME: GYUSEPPE BENNELLY APOLINARIO MODESTO

CPF: 030.435.074-52

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2018 ANO-CALENDÁRIO 2017

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2016	31/12/2017
12	CASA RESIDENCIAL ADQUIRIDA EM 2014 ATRAVÉS DO BANCO DO BRASIL S.A, COM VALORES ACUMULADOS ATÉ O ANO 2016 + OS PAGAMENTOS NOS ANOS 2017, TOTALIZANDO: R\$ 31.955,00 105 - Brasil Inscrição Municipal (IPTU): Logradouro: Comp.: Município: Área Total: 0,0 Registrado no Cartório:	27.970,00	31.955,00
41	CONTA POUPANÇA JUNTO AO BANCO DO BRASIL S.A - AGÊNCIA 0963-6 105 - Brasil CNPJ: Agência:	16.112	16.581,30
49	TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO JUNTO AO BANCO DO BRASIL - RESGATADO EM 2017 105 - Brasil	990,03	0,00
61	CONTA CORRENTE JUNTO AO BANCO DO BRASIL - AGÊNCIA 0963-6 105 - Brasil CNPJ: Agência:	3.666,83	15,57
41	CONTA POUPANÇA INICIADA EM 2010 - JUNTO AO BANCO ITAU UNIBANCO S.A 105 - Brasil CNPJ: Agência:	76.388,01	98.987,19
45	APLICAÇÃO DE RENDA FIXA JUNTO AO BANCO ITAU - INICIADA EM 2017 105 - Brasil CNPJ:	0,00	708,50
13	UM LOTE DE TERRENO URBANO, NMR 05, QD DO, LOTEAMENTO DOM AVELAR, ADQUIRIDO EM 22/04/2016. VALOR : R\$ 10.000,00 A VISTA. 105 - Brasil Inscrição Municipal (IPTU):	10.000,00	10.000,00

Forma: 007289

59530.000967.18.83

PROTÓCOLO

NOME: GYUSEPPE BENNELLY APOLINARIO MODESTO

CPF: 030.435.074-52

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2018 ANO-CALENDÁRIO 2017

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO DISCRIMINAÇÃO

SITUAÇÃO EM

31/12/2016

31/12/2017

Logradouro:

Nº:

Comp.:

Bairro:

Município:

UF:

CEP:

Área Total: 0,0

Data de Aquisição: / /

Registrado no Cartório: Sim

Registro:

Matrícula: 62464 LV 02

Nome Cartório: CART IMOBILIÁRIO DE PETROLINA-PE

13 UM LOTE DE TERRENO URBANO, NMR 05, QD CE, LOTEAMENTO DOM AVELAR, ADQUIRIDO EM 08/06/2016 POR R\$ 12.000,00 A VISTA.
105 - Brasil

12.000,00

12.000,00

Inscrição Municipal (IPTU):

Logradouro:

Nº:

Comp.:

Bairro:

Município:

UF:

CEP:

Área Total: 0,0

Data de Aquisição: / /

Registrado no Cartório: Sim

Registro:

Matrícula: 79514 - LV 02

Nome Cartório: CARTÓRIO IMOBILIÁRIO DE PETROLINA-PE

21 UMA MOTO SUSUKI BANDIT ANO 2008, ADQUIRIDA EM FEV/2014 POR R\$ 15.000,00. PLACA: JRL-3655
105 - Brasil

15.000,00

15.000,00

RENAVAM:

21 UM CARRO GRAND SIENA ANO 2012/2013, ADQUIRIDO EM AGO/2015, POR R\$ 30.000,00. PLACA: PGF-5222.
105 - Brasil

30.000,00

30.000,00

RENAVAM:

TOTAL

175.130,99

215.247,50

DÍVIDAS E ÔNUS REAIS

Sem Informações

ESPÓLIO

Sem Informações

DOAÇÕES A PARTIDOS POLÍTICOS

Sem informações

Fornam

007290

5953000067 8.83

RECIBO

NOME: GYUSEPPE BENNELLY APOLINARIO MODESTO

CPF: 030.435.074-52

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2018 ANO-CALENDÁRIO 2017

RESUMO

TRIBUTAÇÃO UTILIZANDO O DESCONTO SIMPLIFICADO

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS E DESCONTO SIMPLIFICADO

Recebidos de Pessoa Jurídica pelo titular	33.916,67
Recebidos de Pessoa Jurídica pelos dependentes	0,00
Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelo titular	4.800,00
Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelos dependentes	0,00
Recebidos acumuladamente pelo titular	0,00
Recebidos acumuladamente pelos dependentes	0,00
Resultado tributável da Atividade Rural	0,00
TOTAL DE RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS	38.716,67
Desconto Simplificado	7.743,33
Base de cálculo do Imposto	30.973,34
Imposto devido	609,42
Imposto devido RRA	0,00
Alíquota efetiva (%)	1,57
Total do imposto devido	609,42

IMPOSTO PAGO

Imp. retido na fonte do titular	258,77
Imp. retido na fonte dos dependentes	0,00
Carnê-Leão do titular	0,00
Carnê-Leão dos dependentes	0,00
Imposto Complementar	0,00
Imposto pago no exterior	0,00
Imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004)	0,00
Imposto retido RRA	0,00
Total do imposto pago	258,77

IMPOSTO A RESTITUIR

SALDO IMPOSTO A PAGAR

PARCELAMENTO

Valor da quota	350,65
Número de Quotas	1

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS

Débito automático: NÃO

Banco

Agência (sem DV)

Conta para débito

Folha 007291

595311.000887, 8.83

ASSINATURA

NOME: GYUSEPPE BENNELLY APOLINARIO MODESTO

CPF: 030.435.074-52

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2018 ANO-CALENDÁRIO 2017

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Bens e Direitos em 31/12/2016	176.130,99
Bens e Direitos em 31/12/2017	215.247,56
Dívidas e Ônus Reais em 31/12/2016	0,00
Dívidas e Ônus Reais em 31/12/2017	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Rendimentos isentos e não tributáveis	6.205,71
Rendimentos sujeitos à tributação exclusiva/delin-tiva	2.524,20
Rendimentos tributáveis - imposto com exigibilidade suspensa	0,00
Depósitos judiciais do imposto	0,00
Imposto pago sobre Ganhos de Capital	0,00
Imposto pago Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e Aplicações Financeiras	0,00
Total do imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004), conforme dados informados pelo contribuinte	0,00
Imposto pago sobre Renda Variável	0,00
Contribuições a Partidos Políticos e Candidatos a Cargos Eletivos	0,00
Imposto a pagar sobre o Ganho de Capital - Moeda Estrangeira em Espécie	0,00
Imposto diferido dos Ganhos de Capital	0,00
Imposto devido sobre Ganhos de Capital	0,00
Imposto devido sobre ganhos líquidos em Renda Variável	0,00
Imposto devido sobre Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e aplic. Financeiras	0,00

Forma 007292

59530.0009677.8.83

FRONTAL

Folha nº 007293

59529.000967718.83

[Handwritten signature]
F. F. F. F. F.

**ANEXO V
DECLARAÇÃO DE VISITA**

Eu, GYUSEPPE BENELLY APOLINARIO MODESTO CPF nº 030.435.074-52 declaro que no dia 18/05/2018 visitei o Projeto Público de Irrigação Pontal, localizado no Município de Petrolina/PE, e tenho conhecimento estudo do solo, sistema de condução e medição de água, da topografia do terreno, das vazões das unidades e outras, da forma operacional, sistema de canais, vazões da rede principal, secundária, parcelar da área do projeto.

Assino a presente declaração para fins constantes do Edital de Concorrência Pública nº 35/2017.

Petrolina/PE, 14 de junho de 2018.

Gyuseppe Benelly Apolinario Modesto

Gyuseppe Benelly Apolinario Modesto

CPF: 030.435.074-52

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

Folha nº 007294

59530.000967/18.83

ANTONIO LO

ANEXO VI
DECLARAÇÃO NEGATIVA DE AGRICULTOR IRRIGANTE IMPEDIDO

Eu, GYUSEPPE BENELLY APOLINARIO MODESTO, portador do RG n.º 5.805.697, expedida pela SSP-PE, inscrito no CPF sob o n.º 030.435.074-52, DECLARO para o fim específico de participação da seleção de irrigantes para ocupação do Projeto Público de Irrigação Pontal (Edital de Concursos nº 035/2017), não ser agricultor irrigante impedido, ou seja, não ter sido excluído de projeto público de irrigação implantado pela Codevasi, por inadimplência ou ter tido unidade parcelar retomada no período inferior a 5 (cinco) anos. Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Petrolina/PE, 14 de junho de 2018.

Gyuseppe Benelly Apolinario Modesto
Gyuseppe Benelly Apolinario Modesto
CPF: 030.435.074-52

U25



SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IPUBI-PE

CNPJ: 11.041.381/0001-73 - Reconhecido pelo MTPS em 17/12/1973

Sede Própria na Rua São Francisco s/n - Centro - CEP 56260-000 Ipubi - PE

Fone: (87) 3881-1258- Email: sttripubi@hotmail.com

DECLARAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

Homologamos, para os devidos fins, que o Senhor (a) **GYUSEPPE BENELLY APOLINÁRIO MODESTO, MAIOR, BRASILEIRO, CASADO, ENGENHEIRO AGRÔNOMO**, cédula de identidade nº. 5805697 SSP/PE, inscrito (a) no CPF/MF nº. 030.435.074-52, residente e domiciliado (a) na RUA DO MAGNÉSIO Nº 44 - BAIRRO DOM AVELAR, CEP: 56.322-250, neste município de Petrolina, estado de Pernambuco, que exerceu atividade rural em uma área de 20,00 (Vinte) Há no período de 02 de Junho de 1996 a 12 de Novembro de 2006, e atuou no ramo de gerenciamento do imóvel rural com a produção de Feijão, Milho e Mandioca de pastagem e criação de Bovinos, no período de 02 de Junho de 1996 a 12 de Novembro de 2006, na propriedade denominada de Serra Nossa Senhora de Fátima, na Chapada do Araripe 3º distrito deste município de Ipubi Estado de Pernambuco.

A presente Declaração é a expressão da verdade

Ipubi/PE 20 de Junho de 2018

Maria Salvani Leandro Ferreira
Presidente STR Ipubi-PE
CPF: 035.659.894-24

Maria Salvani Leandro Ferreira.

PRESIDENTE DO SINDICATO DE IPUBI-PE

CARTÓRIO DO OFÍCIO ÚNICO DE IPUBI-PE
Homologado por **LEANDRO FERREIRA** (Trabalhador) de:
(**MARIA SALVANI LEANDRO FERREIRA**)
Ins. nº. Ipubi, 21/06/2018
Esc. Alen Ricardo Antão (Escritura Substituta)
Ao Cartório: R\$ 3,59 - ITR: R\$ 0,80 - FISC: R\$ 0,40 - Total:
R\$ 4,79
Selo(s): 0077537.16605201901.01023



CONTRATO DE TRABALHO

Empregador 12.637.373/0001-71
 CNPJ/MP TECNOPLAN ENGENHARIA LTDA
 Rua FAZ. BARRETO, ESPLANADA
 Município RETROLINA/PEDRINHOS S/N
 Esp. do estabelecimento CEP 58300-000
 Cargo TECNICO ADMINISTRATIVO
 CBO nº 3211-05
 Data admissão 08 de Junho de 07
 Registro nº Fls./Ficha 28
 Remuneração especificada R\$ 800,00 (Oito
centos reais) por mês
Tecnoplan Engenharia Ltda
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 1º 2º
 Data saída 30 de Dezembro de 09
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 1º 2º
 Com. Dispensa CD Nº 223656

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador 12.637.373/0001-71
 CNPJ/MP TECNOPLAN ENGENHARIA LTDA
 Rua FAZ. BARRETO, ESPLANADA
 Município RETROLINA/PEDRINHOS S/N
 Esp. do estabelecimento CEP 58300-000
 Cargo TECNICO ADMINISTRATIVO
 CBO nº 3211-05
 Data admissão 01 de Novembro de 2010
 Registro nº Fls./Ficha 129
 Remuneração especificada R\$ 1.500,00 (Um
mil e quinhentos reais) por mês
Tecnoplan Engenharia Ltda
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 1º 2º
 Data saída de de
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 1º 2º
 Com. Dispensa CD Nº

ALTERAÇÕES DE SALÁRIO

Aumentado em 01.02.13 Para R\$ 896,00
 Na função de 01.02.13
 CBO por motivo de ajuste

Assinatura do empregador

Aumentado em 01.02.13 Para R\$ 713,00
 Na função de 01.02.13
 CBO por motivo de ajuste

Assinatura do empregador

Aumentado em 01.02.13 Para R\$ 873,00
 Na função de 01.02.13
 CBO por motivo de ajuste

Assinatura do empregador

Aumentado em 01.02.13 Para R\$ 2.009,00
 Na função de 01.02.13
 CBO por motivo de ajuste

Assinatura do empregador

Sócio-Gerente

Tecnoplan Engenharia Ltda

ALTERAÇÕES DE SALÁRIO

Aumentado em 01.02.13 Para R\$ 910,00
 Na função de 01.02.13
 CBO por motivo de ajuste

Assinatura do empregador

Aumentado em 01.02.13 Para R\$ 940,00
 Na função de 01.02.13
 CBO por motivo de ajuste

Assinatura do empregador

Aumentado em 01.02.13 Para R\$ 7300,00
 Na função de 01.02.13
 CBO por motivo de ajuste

Assinatura do empregador

Aumentado em 01.02.13 Para R\$ 2.009,00
 Na função de 01.02.13
 CBO por motivo de ajuste

Assinatura do empregador



F0025 007297

59530 000967 8.83

Protocolo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
POLÍCIA FEDERAL

PROTOCOLO

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 31835102018

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **GYUSEPPE BENELLY APOLINARIO MODESTO**, nacionalidade brasileiro, filho(a) de **JOAQUIM MODESTO COELHO** e **MARIA DO SOCORRO APOLINARIO MODESTO**, nascido(a) aos 13/06/1979, natural de IPUBI/PE, Documento de identificação 5805697 SSP/PE, CPF 030.435.074-52.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes".
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>);
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 16:11 de 13/06/2018



31835102018



Folha nº 007300

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
Gerência Geral da Polícia Científica
Instituto de Identificação Tavares Buril
UTICRIM

59530.0009677.8.83

Le
PROCOLO

Certidão de Antecedentes Criminais

PROTOCOLO: 2018061302484361

Nome: GYUSEPPE BENELLY APOLINARIO MODESTO
Nome do Pai: JOAQUIM MODESTO COELHO
Nome da Mãe: MARIA DO SOCORRO APOLINARIO MODESTO
Data de Nascimento: 13/06/1979
Naturalidade: IPUBI UF: PE
Nacionalidade: BRASILEIRO
Estado Civil: CASADO(A)
Profissão: ENGENHEIRO AGRÔNOMO
RG: 5805697 **Órgão Emissor:** SSP UF: PE
Endereço:
RUA DO MAGNÉSIO, 44, DOM AVELAR,
56.322-250, PETROLINA-PE

Certifico que, em pesquisa realizada em 13/06/2018 às 14:48:43 nas bases de dados do Instituto de Identificação Tavares Buril, NENHUM REGISTRO DE ANTECEDENTE CRIMINAL foi encontrado em desfavor da pessoa acima qualificada.

Os dados constantes do presente atestado são de inteira responsabilidade do requerente.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto nos termos do artigo 12 da Lei 12.681/2012, no §4º e §6º do artigo 76 da Lei 9.099/95 e no artigo 202 da Lei 7.210/84.

Observações:

- a) A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet.
- b) A validade desta certidão é de 30 (trinta) dias a partir da data de emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão.
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.servicos.sds.pe.gov.br/antecedentes> na opção Validar Certidão Negativa.

Recife, 13/06/2018 14:48:43



24

Continuar para
ECOGRADES *

Imprimir

Salvar em PDF

Crednet

19 de Junho de 2018 16:43:12

Resumo da consulta

CPF	NOME	NOME DA MÃE	DATA NASCIMENTO
000.435.074-52	GYRNEFFE BENELLY APOLINARIO MODESTO	MARIA DO SOCORRO APOLINARIO MODESTO	13/06/1979
Ocorrências	Quantidade	Valor	Último Registro
Pendências Internas	NÃO CONSTAM OCORRÊNCIAS		
Pendências Financeiras	NÃO CONSTAM OCORRÊNCIAS		
Protestos	NÃO CONSTAM OCORRÊNCIAS		
Cheques Com Faltas BACEN	NÃO CONSTAM OCORRÊNCIAS		
Ações Judiciais	NÃO CONSTAM OCORRÊNCIAS		
Participação em Falências	NÃO CONSTAM OCORRÊNCIAS		
Falência/Concordata/Recuperação Judicial	NÃO CONSTAM OCORRÊNCIAS		

Detalhes do documento

Saqueado: CPF/CNPJ em 15/06/2018: REGULAR

Participação Societária

ESTE CPF NÃO POSSUI PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA EM NENHUMA EMPRESA

Documentos Roubados, Furtados ou Extraviados

NÃO CONSTAM OCORRÊNCIAS

Pendências Internas

NÃO CONSTAM OCORRÊNCIAS

Pendências Financeiras

NÃO CONSTAM OCORRÊNCIAS

Protestos

NÃO CONSTAM OCORRÊNCIAS

Ações Judiciais

NÃO CONSTAM OCORRÊNCIAS

Participação em Falências

NÃO CONSTAM OCORRÊNCIAS

Falência/Concordata/Recuperação Judicial

NÃO CONSTAM OCORRÊNCIAS

Cheques Sem Faltas BACEN

NÃO CONSTAM OCORRÊNCIAS

Consultas a Serasa realizadas no mesmo documento

NÃO CONSTAM INFORMAÇÕES

Simples consulta ao CPF (000.435.074-52) no cadastro da Serasa. Esta informação de consulta não é uma consulta real, pois não se trata de uma consulta real, mas sim de uma consulta simulada, realizada, não se confunde com uma consulta negativa no cadastro da Serasa.

PROTOCOLO DA CONSULTA: 173427

*A decisão de aprovação ou não de crédito é de exclusiva responsabilidade do concedente. As informações aqui fornecidas pela Serasa Experian têm como objetivo subsidiar essas decisões e, em nenhuma hipótese, desobrigar o cliente ou o concedente por qualquer decisão de crédito, pois a responsabilidade é do concedente.

19/06/2018

Serasa Experian - Consulta Serasa, Cheque, CPF, CNPJ, Crédito e Certificado Digital

Imprimir

Salvar em PDF

Senha: 62012072152

© 2018 Serasa Experian. Todos os direitos reservados.

Folha nº 007302

59530.000967719.83

Rev.
PROTOCOLO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO



República Federativa do Brasil Ministério da Educação Universidade Federal Rural do Semi-Árido

O Reitor pro- tempore da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró/Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições, tendo em vista a conclusão do Curso de Agronomia, em 13 de janeiro de 2007, por

Gyuseppe Benelly Apolinário Modesto

brasileiro, natural do Estado de Pernambuco, nascido a 13 de junho de 1979,
outorga-lhe o presente diploma de

Engenheiro Agrônomo

para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Mossoró, 15 de janeiro de 2007

Francisco Marlon Carneiro Tejo
Pro-Reitor de Graduação

Insionir Barbosa Meneses
Reitor pro tempore

Gyuseppe Benelly Apolinário Modesto

RG: 5805097 - SSP - PE

UFERSA

Folha nº 007303

59530.000967/18.83

Cartão de Identificação

PRIMEIRA SERVIDORIA DE REGISTRO E ARQUIVAMENTO
CERTIFICADO QUE A PRESENTE COPIA É A REPRODUÇÃO FIDELIDADE DO ORIGINAL QUE SE ENCONTRA EM SEU POSSESSÃO
AUTENTICADO EM 14/06/2008 POR: 14/06/2008 08:12:12
EPPC Nº 0,04 Total R\$ 4,09
0,59530.000967/18.83

Folha 007304

59537.00096718.83

PLANO DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA - ANEXO V

Concorrentes: Gyuseppe Benelly Apolinario Modesto
 CNPJ / CPF: 030.435.074-52

1) Preparo da área

1.1) Correção do solo	R\$ 2.818,80
1.2)	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 2.818,80

2) Equipamentos de irrigação

2.1) Sistema de Irrigação	R\$ 36.000,00
TOTAL	R\$ 36.000,00

3) Instalações (casas, galpões, etc.)

3.1) Casa de morador/Almoxarifado (72m²)	R\$ 36.000,00
3.2) Casa de Filtros (12m²)	R\$ 6.000,00
3.3) Cerca	R\$ 7.778,00
3.4) Drenagem	R\$ 15.000,00
TOTAL	R\$ 64.778,00

4) Máquinas e equipamentos

4.1) Carroça tração animal	R\$ 3.500,00
4.2)	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 3.500,00

5) Cultura	Área	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV	
		Área	Valor R\$	Área	Valor R\$	Área	Valor R\$	Área	Valor R\$
Banana	6,00	6,00	134.873,28						
TOTAL			134.873,28						

6) Outros investimentos (especificar):

7) TOTAL GERAL (1+2+3+4+5+6):

R\$241.970,08

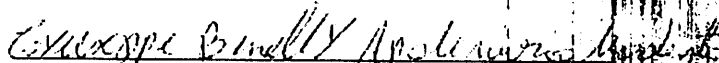
8) Fonte de Recursos (Especificar a origem dos recursos para implantação do lote)

8.1) Próprios	R\$ 24.197,01
8.2) Terceiros	R\$ 217.773,07
8.3) Outros	R\$ 0,00

9) N.º de empregos a serem gerados: 2

10) Outras informações importantes:

Petrolina, 12 de junho de 2018.



Gyuseppe Benelly Apolinario Modesto
 CPF: 030.435.074-52

28



PETROLINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



RECEITUÁRIO

UNIDADE DE SAÚDE:

NOME: Giuseppe Benelli Apolinário Medeiros REGISTRO Nº: _____

Declaro, para os devidos fins, que o
paciente acima citado aparenta gozar
de sanidade mental boa e nega
transtornos psicológicos ou outras
comorbidades.

FEB 26 2018

007305

59530.0009672 8.83

Giuseppe Benelli Apolinário Medeiros

Dra. Bruna Palitot

Médica

CRM-PE 26379

DATA: 08/06/18

(ASSINATURA E CARIMBO)

TELEFONES ÚTEIS

SEC. SAÚDE	HDM / IMIP	COAS	CEREST	HOSP. UNIV	FARM. POPULAR	VIG. EPIDEM.
3866-8550	3232-9500	3866-8579	3862-1238	2101-6500	3864-2067/3867-3232	3866-8559
SAMU	CAPS AD	VIG. SANITÁRIA	ZOONOSES	POLICLÍNICA	DISK DENGUE	
192	3862-3677	3864-2738	3867-4774	3863-4930	3861-5007	